



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI / ES – IPG**

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

Guarapari / ES

Março/2014



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI / ES – IPG**

Ficha Técnica

Diretor Presidente

José Augusto Ferreira de Carvalho

Assessoria Jurídica

Graciela Vieira de Rezende

Assessoria Técnica

Marleno Medeiros Oliveira

**Diretoria Administrativa e
Financeira**

Attila Teixeira Fialho

Divisão de Gestão de Investimento

Priscilla Fosse Faria da Costa

**Divisão de Administração e
Suprimentos**

Rita de Cássia Nossa de Almeida

Diretoria de Benefícios

Márcia Henriques Motta Freitas

Divisão de Gestão Previdenciária

Jacinta Meriguete Costa

**Divisão de Pessoal e Folha de
Pagamento**

Leonard Rocha Lannes

**Divisão de Concessão de
Benefícios**

Romilson Travezani

**Conselho Municipal de Previdência
2012/2014**

Márcio José Siqueira Pinheiro

Alcione Lima Borges

Enildo Shuina Nunes

Fábio Moraes

Inaldo Brambati

Jorge Figueiredo Gonçalves

José Luiz dos Santos

Renata Retore Moreno



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI / ES – IPG**



Fortalecendo o Futuro!



**1º Lugar Nacional
Prêmio Boas Práticas de
Gestão de RPPS – 2010**



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI / ES – IPG**

VISÃO

Ser referência na gestão e prestação de serviços previdenciários, garantindo a sustentabilidade dos Fundos Previdenciário, Financeiro e Capitalizado, bem como o pleno atendimento dos beneficiários.

MISSÃO

Atuar de forma responsável em uma gestão democrática e participativa, captando e capitalizando recursos para fortalecer o futuro dos segurados e seus dependentes.

VALORES

Ética na gestão de recursos públicos;
Valorização do servidor público;
Autonomia administrativa, financeira e patrimonial;
Dignidade do beneficiário.



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI / ES – IPG**

SUMÁRIO

1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	8
1.1. Órgãos Colegiados	8
1.1.1 O Conselho Municipal de Previdência – CMP	8
1.1.2 A Diretoria Executiva	9
1.1.3 Comitê de Investimentos do IPG	9
1.2 Organograma / Estrutura Hierárquica	10
2. PLANO DE CUSTEIO	11
3. POLÍTICA E GESTÃO DE INVESTIMENTO	13
4. SITUAÇÃO CONTÁBIL E FINANCEIRA	16
4.1. Da Execução Orçamentária	16
4.1.1 – Das Despesas	16
4.1.2 – Das Receitas	18
4.2. Das Disponibilidades	19
4.2.1. Demonstrativo das Disponibilidades	20
4.3. Dos Bens Patrimoniais	21
4.3.1 – Ativo Permanente	21
4.4. Das Reservas	21
4.4.1 – Taxa Administrativa	21
4.4.2 – Reservas Matemáticas	21
4.4.2.1 – Reavaliação Atuarial	21
5. PRINCIPAIS AÇÕES	25



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI / ES – IPG

5.1. Plano de Políticas e Diretrizes de Investimentos dos Recursos Patrimoniais do IPG 2013	25
5.2. Concessão de Benefícios Previdenciários.....	25
5.3 Manutenção do Convênio Comprev	26
5.4 Política Anual de Investimentos – PAI.....	26
6. ATIVIDADES IMPORTANTES	27
6.1 Principais Ações Desenvolvidas.....	27
6.2. Controle Interno	29
6.3 Congressos, Seminários e Cursos de Atualização	29
7. PRESTAÇÃO DE CONTAS E INFORMAÇÕES DO IPG	30
8. AVALIAÇÃO DE GESTÃO	30
9. METAS PARA O ANO DE 2014.....	31



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI / ES – IPG

APRESENTAÇÃO

O Governo do Município de Guarapari iniciou as atividades de gestão previdenciária municipal a partir de janeiro de 2005, seguindo os ditames da legislação que dispõe sobre a criação e regulamentação de Regimes Próprios de Previdência para União, Estados, Distrito Federal e Municípios – Lei Federal n.º 9.717/1998 – com destaque para os efeitos da Reforma da Previdência, denominação dada ao conjunto de alterações na Constituição Federal que passaram a vigor a partir das Emendas Constitucionais n.º 20, de 15 de dezembro de 1998, n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, n.º 47, de 05 de julho de 2005 e n.º 70, de 29 de março de 2012. Para tanto, reestruturou o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Municipais – criado por força da Lei Municipal n.º 1.825/1998, com vigência para início das atividades a partir de janeiro de 1999 – editando a Lei Municipal n.º 2.542, de 07 de dezembro de 2005 e denominou o **Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Guarapari / ES – IPG**, organizado sob a forma de *Autarquia* com personalidade jurídica própria, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, como Unidade Gestora Previdenciária Única, responsável por administrar os Fundos Previdenciários e a garantir aos servidores públicos, bem como aos seus dependentes, dos Poderes Executivo, Legislativo, inclusive suas Autarquias e Fundações, prestações de natureza previdenciária, no tocante a garantia de aposentadorias e pensões.

Este relatório demonstra, de forma sucinta, as principais atividades, resultados e linhas de atuação do **Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Guarapari / ES – IPG**, no exercício de 2013.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI / ES – IPG

1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O IPG é uma Autarquia Municipal, dotada de Personalidade Jurídica de Direito Público, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, e é parte integrante da Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal, tendo como finalidade precípua prover os recursos para a prestação de natureza previdenciária efetuando, no mínimo, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte aos seus segurados vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

A organização administrativa do IPG tem a seguinte estrutura básica:

1.1. Órgãos Colegiados:

- 1- Conselho Municipal de Previdência – CMP;
- 2- Diretoria Executiva;
- 3- Comitê de Investimentos do IPG.

1.1.1 O Conselho Municipal de Previdência – CMP:

Criado por força do art. 4.º da Lei Municipal n.º 2.542/2005, é um órgão colegiado consultivo encarregado de acompanhar e fiscalizar a administração do IPG, tendo a seguinte formação:

- I – 02 (dois) representantes, com seus respectivos suplentes, do Poder Executivo designados pelo Prefeito Municipal;
- II – 01 (um) representante, com seu respectivo suplente, do Poder Legislativo designado pelo Presidente da Câmara Municipal;
- III – 03 (três) representantes dos segurados e beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social, sendo 02 (dois) representantes dos servidores em atividade e 01 (um) representante dos inativos e pensionistas, eleitos, com os respectivos suplentes, entre seus pares.

O Conselho Municipal de Previdência encontra-se em pleno funcionamento desde março/2006, com seus membros atuais nomeados por força do Decreto



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI / ES – IPG

Municipal n.º 243, de 13 de março de 2012, reunindo-se ordinária e regimentalmente uma vez por mês, em atendimento ao seu Regimento Interno devidamente ordenado pelo Decreto Municipal n.º 169/2006.

1.1.2 A Diretoria Executiva:

Criada nos termos do art. 7.º da Lei Municipal n.º 2.542/2005, é composta pelo Diretor Presidente, Diretor Administrativo e Financeiro e Diretor de Benefícios, sendo todos os membros escolhidos dentre os participantes do RPPS e nomeados por ato do Poder Executivo, sendo a mesma responsável pela gestão do IPG. Com base em seu Regimento Interno – Decreto Municipal n.º 355/2008 – a Diretoria Executiva vem reunindo-se, ordinariamente, a cada trinta dias; o IPG conta ainda com uma Estrutura Administrativa Auxiliar criada através da Lei Municipal n.º 3.349/2011.

A Diretoria Executiva conta com as seguintes Unidades Administrativas:

I – Gabinete da Presidência

- Secretariade Apoio aos Colegiados
- Assessoria Técnica
- Assessoria Jurídica

II – Departamento Administrativo e Financeiro

- Divisão de Finanças e Contabilidade
- Divisão de Administração e Suprimentos
- Divisão de Gestão de Investimentos

III – Departamento de Benefícios

- Divisão de Pessoal e Folha de Pagamento
- Divisão de Concessão de Benefícios
- Divisão de Gestão Previdenciária

1.1.3 Comitê de Investimentos do IPG:

Criado através da Portaria/ IPG nº 023/2013, de 30 de julho de 2013, instância colegiada de caráter consultivo, cuja finalidade é assessorar a Diretoria



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI / ES – IPG

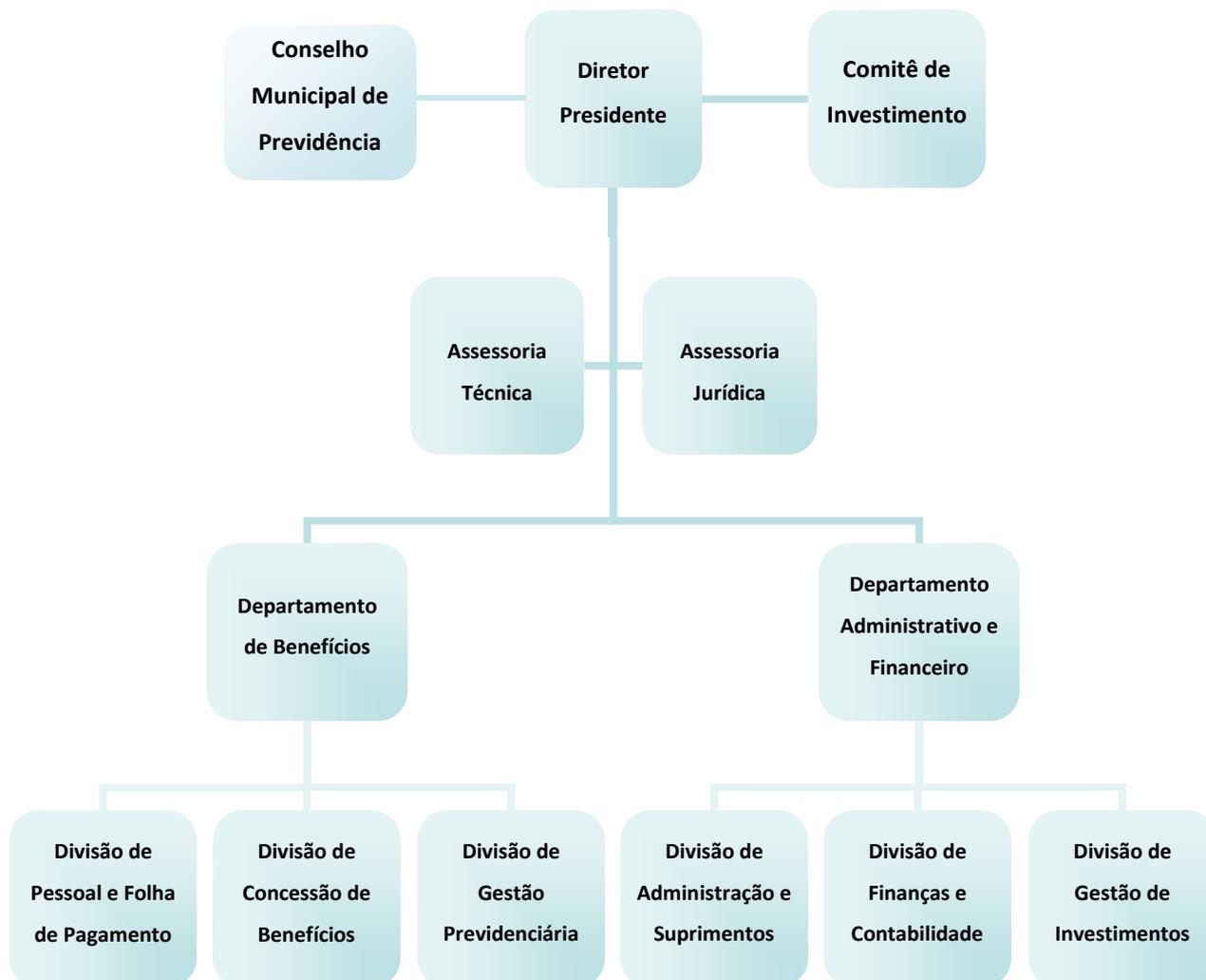
Executiva nas tomadas de decisões relacionadas à gestão dos ativos do IPG, observando as exigências legais relacionadas à segurança, rentabilidade, solvência e liquidez dos investimentos de acordo com as Portarias MPS n.º 519/2011 e n.º 170/2012, tendo a seguinte formação:

I – 02 (dois) Representantes do IPG; e

II – 02 (dois) Representantes do Conselho Municipal de Previdência.

O Comitê encontra-se em pleno funcionamento desde agosto/2013, com seus membros atuais nomeados por força da Portaria/IPG n.º 026/2013, de 05 de agosto de 2013, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2013.

1.2 Organograma / Estrutura Hierárquica





INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI / ES – IPG

2. PLANO DE CUSTEIO

Seguindo os critérios atuariais emanados pelo Ministério da Previdência Social, o Município editou a Lei n.º 3.024, de 13 de outubro de 2009, aonde foram estabelecidos o custo previdenciário normal e suplementar, além dos critérios de financiamento para o RPPS, para tanto, a massa funcional foi segregada e criados dois fundos previdenciários, sendo um de caráter permanente, chamado de Fundo Previdenciário Capitalizado, assegurando, com responsabilidade do RPPS, benefícios de aposentadorias e pensão por morte aos servidores concursados ingressos a partir de 29 de dezembro de 2005; e outro de caráter temporário chamado Fundo Previdenciário Financeiro, garantindo ao atual grupo de servidores ativos, inativos e pensionistas, os benefícios previdenciários também de aposentadorias e pensão por morte. O Município, além de transferir as contribuições patronais, realiza também aportes ao RPPS para o pagamento das atuais folhas de pagamento dos servidores inativos e pensionistas, garantindo uma reserva financeira para compromissos futuros dentro do fluxo de caixa estabelecido nas reavaliações atuariais. Este Plano de Custeio definiu assim as alíquotas de contribuição: Servidores Ativos – 11% (onze por cento), sobre a parcela de remuneração permanente, Servidores Inativos e Pensionistas – 11% (onze por cento) do montante que ultrapasse o teto estabelecido pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS, e o Município participa com 16% (dezesesseis por cento) sobre a mesma base de contribuição dos Servidores Ativos. Ressalta-se, que a norma regulamentadora obriga ao IPG dispor mensalmente de parte dos recursos reservados junto ao Fundo Previdenciário Financeiro para o pagamento dos proventos dos integrantes deste grupo de servidores, estabelecido no Plano de Custeio, sem dispensar a responsabilidade do Tesouro Municipal.

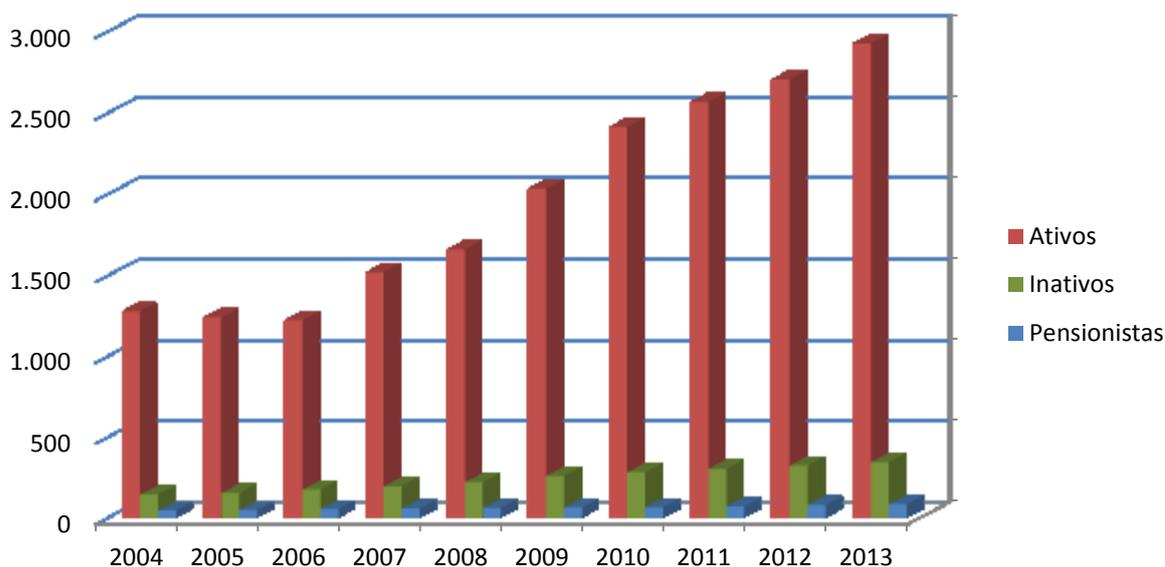


INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI / ES – IPG

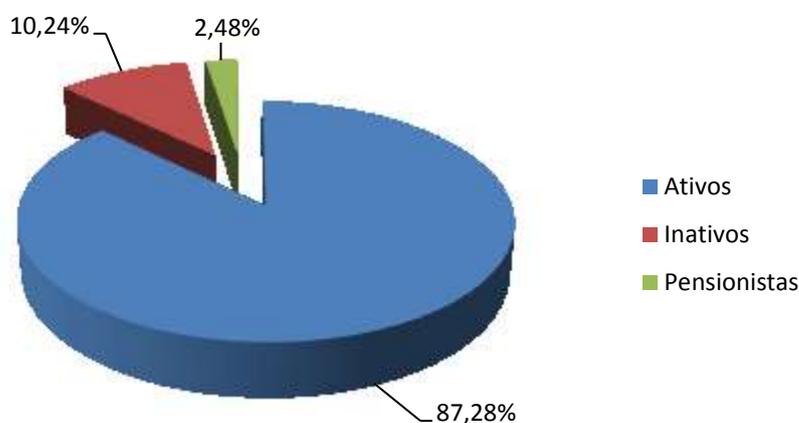
Os segurados efetivos estão assim distribuídos:

Segurados	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Ativos	1.277	1.239	1.223	1.518	1.659	2.033	2.412	2.566	2.704	2.923
Inativos	143	152	174	194	220	258	281	302	323	354
Pensionistas	43	46	52	57	60	62	63	69	77	83

Análise do Crescimento da População Segurada em dezembro/2013:



Distribuição da População Segurada em dezembro/2013:



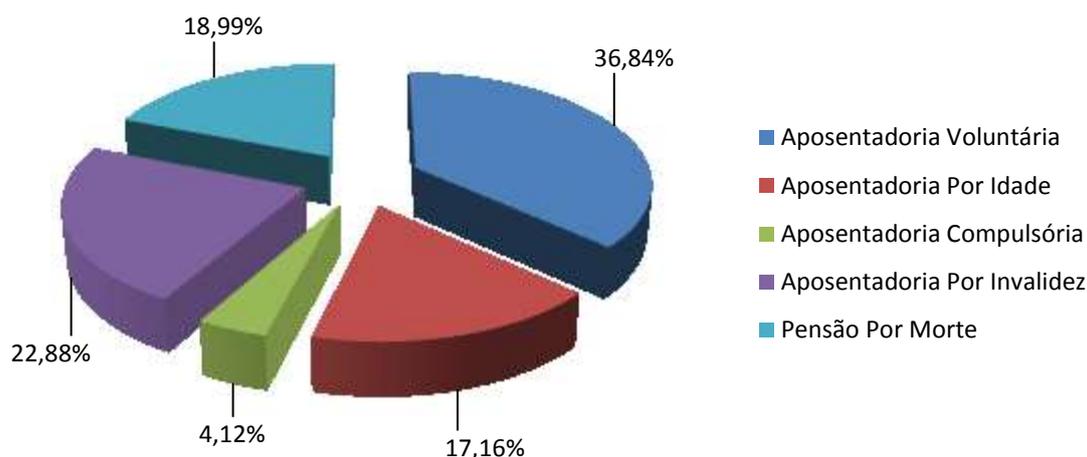


INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI / ES – IPG

Os benefícios de aposentadoria em dezembro/2013 estão assim distribuídos:

<i>Tipo de Benefício</i>	<i>Quantitativo</i>
Aposentadoria Voluntária	161
Aposentadoria Por Idade	75
Aposentadoria Compulsória	18
Aposentadoria Por Invalidez	100
Pensão Por Morte	83
Total	437

Análise dos Benefícios Atuais:



3. POLÍTICA E GESTÃO DE INVESTIMENTO:

No final de dezembro de 2013, o Conselho Municipal de Previdência aprovou a Política de Investimento do IPG para o exercício de 2014, na qual foi elaborada em conformidade com a Resolução CMN nº 3.922/10, e consiste em alocar os recursos financeiros em aplicações que apresentem o menor risco, a maior liquidez e a melhor rentabilidade possível. Nesse sentido, a alocação dos recursos será mantida, em sua maioria, em fundos de renda fixa (90%) sendo, somente, 10% destinado à renda variável.



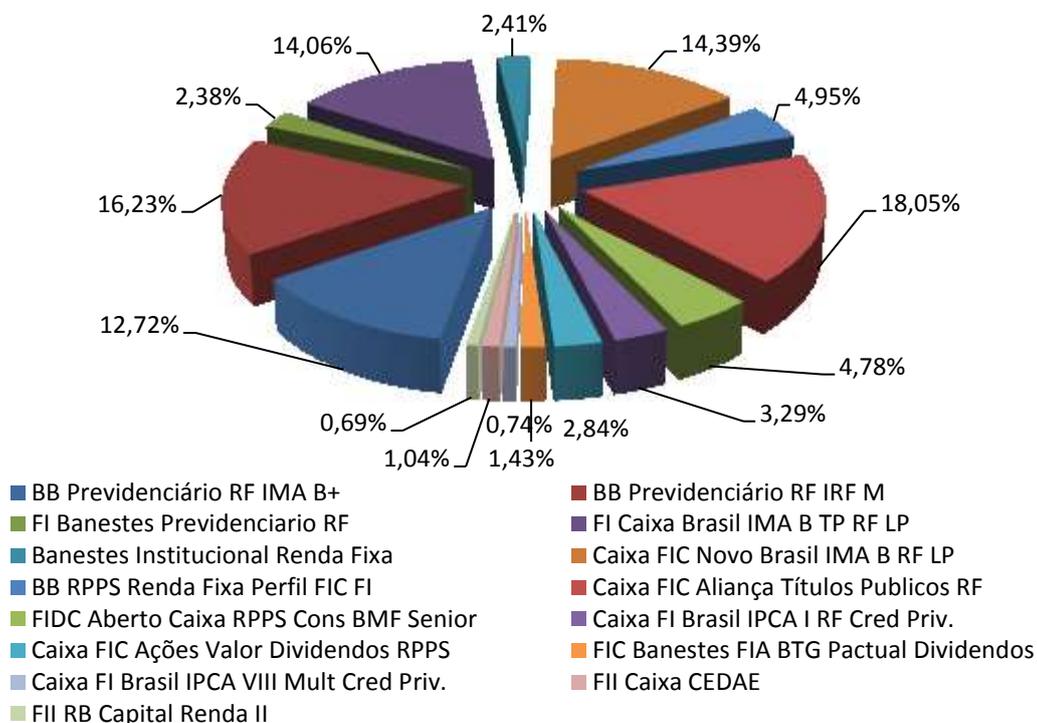
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI / ES – IPG

Em dezembro de 2013, o IPG tinha em sua carteira o montante de R\$ 68.684.469,09 (sessenta e oito milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e nove centavos), assim distribuídos:

Alocação por carteira



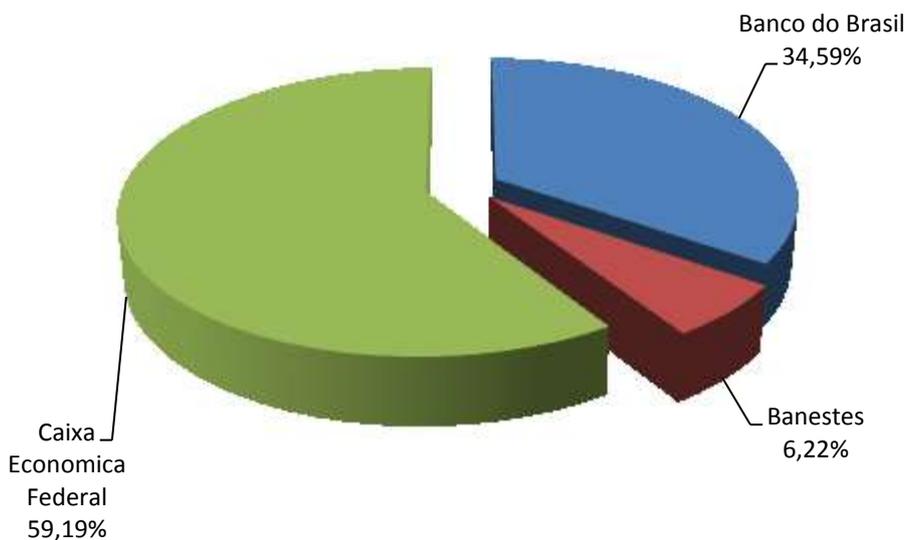
Alocação por Fundo





INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI / ES – IPG

Distribuição dos Recursos por Instituição



Com o intuito de melhorar as práticas de administração dos recursos disponíveis, além de aumentar o nível de confiabilidade na gestão da carteira de investimentos, o IPG mantém contrato com a RiskOffice – empresa especializada em assessoria financeira para envidar esforços na busca de ativos que possibilitem rentabilidade que garanta a manutenção do equilíbrio financeiro-atuarial. A carteira do IPG é gerida por instituições financeiras públicas: Caixa Econômica Federal, Banestes e Banco do Brasil. Em razão da situação econômica do país em 2013, obtivemos uma rentabilidade de 6,58%, abaixo da meta atuarial (INPC + 6% a.a.), que foi de 11,90%, todavia, pode ser afirmado que foi uma situação igualitária aos RPPS e fundos de pensão brasileiros. Conforme consta no Relatório Cenário 2013 elaborado pela Empresa RiskOffice, em anexo.



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI / ES – IPG**

4. SITUAÇÃO CONTÁBIL E FINANCEIRA:

Com base no Balanço Geral Consolidado de 2013, apresentamos os dados da execução orçamentária e a situação econômico-financeira do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Guarapari / ES – IPG, originado da Lei Municipal n.º 3.507/2012 – LOA, que fixou a despesa e estimou a receita para o exercício de 2013 em R\$ 22.275.000,00 (vinte e dois milhões, duzentos e setenta e cinco mil reais).

4.1. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1.1 – DAS DESPESAS:

A despesa apresenta a seguinte movimentação:

	R\$
Créditos Orçamentário Inicial	22.275.000,00
Créditos Suplementares por Redução	3.660.000,00
Total Autorizado	22.275.000,00
Despesas Realizadas	16.026.356,04
Saldo Orçamentário (+)	6.248.643,96
Pagamentos Realizados	16.026.356,04
Restos a Pagar	0,00

Realização da despesa por Função de Governo:

	R\$
09. Previdência Social	16.026.356,04
Total	16.026.356,04

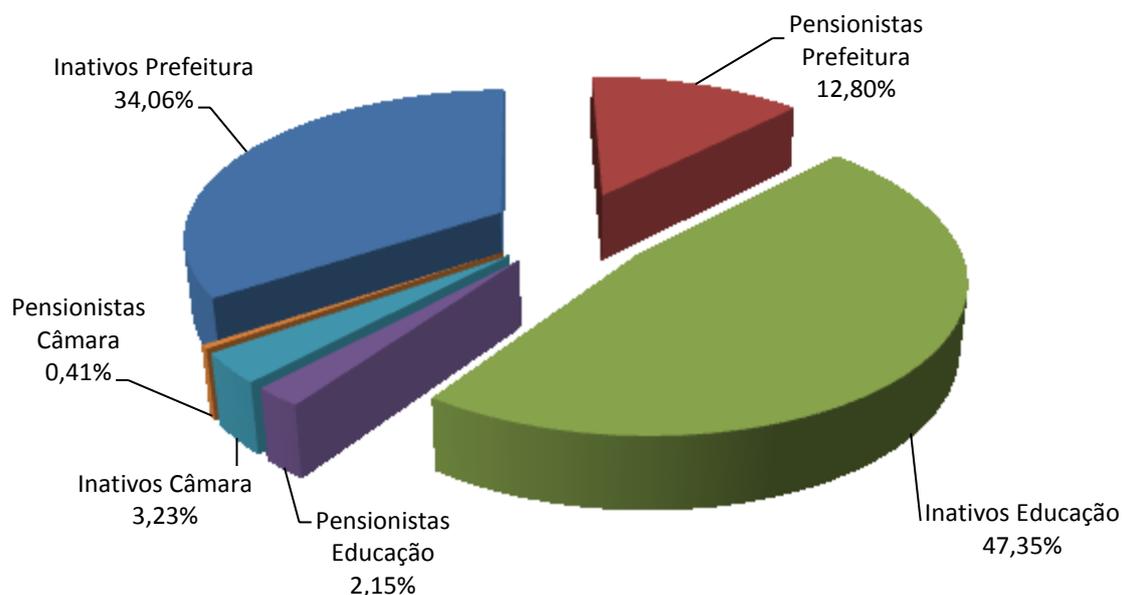


INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI / ES – IPG

As despesas com o pagamento de Inativos e Pensionistas estão assim distribuídas:

Tipo de Benefício	Valor
Inativos Prefeitura	5.158.639,91
Pensionistas Prefeitura	1.938.752,93
Inativos Educação	7.171.698,59
Pensionistas Educação	326.313,52
Inativos Câmara	489.286,90
Pensionistas Câmara	61.519,77
Total	15.146.211,62

Distribuição das despesas com o pagamento de Inativos e Pensionistas:





INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI / ES – IPG

4.1.2 – DAS RECEITAS:

No Exercício Financeiro de 2013, a realização das Receitas Orçamentária e Extra-Orçamentária decorreu das transferências efetuadas pelo Município, pela União; das contribuições dos servidores participantes e dos rendimentos sobre os investimentos financeiros.

R\$

Receita Orçamentária Total Arrecadada	19.661,406,06
Receita Orçamentária Prevista	22.275.000,00
Receita Corrente	10.968.742,23
Receita de Contribuições	6.571.065,18
Contribuição de Servidores Ativos	6.041.287,14
Contribuição de Servidores Inativos	349.619,25
Contribuição de Pensionista Civil	86.393,41
Contribuição Patronal IPG	93.765,38
Receita Patrimonial	4.377.438,77
Remuneração de Fundos de Renda Fixa	4.026.835,92
Remuneração de Fundos de Renda Variável	238.413,66
Remuneração de Fundos Imobiliários	112.189,19
Outras Receitas Correntes	20.238,28
Compensação Previdenciária RGPS x RPPS – COMPREV	20.164,74
Receita Corrente – Operação Intra-orçamentária	8.692.663,83
Contribuição Patronal – Ativo Civil – Op. Intra-orç.	8.692.663,83

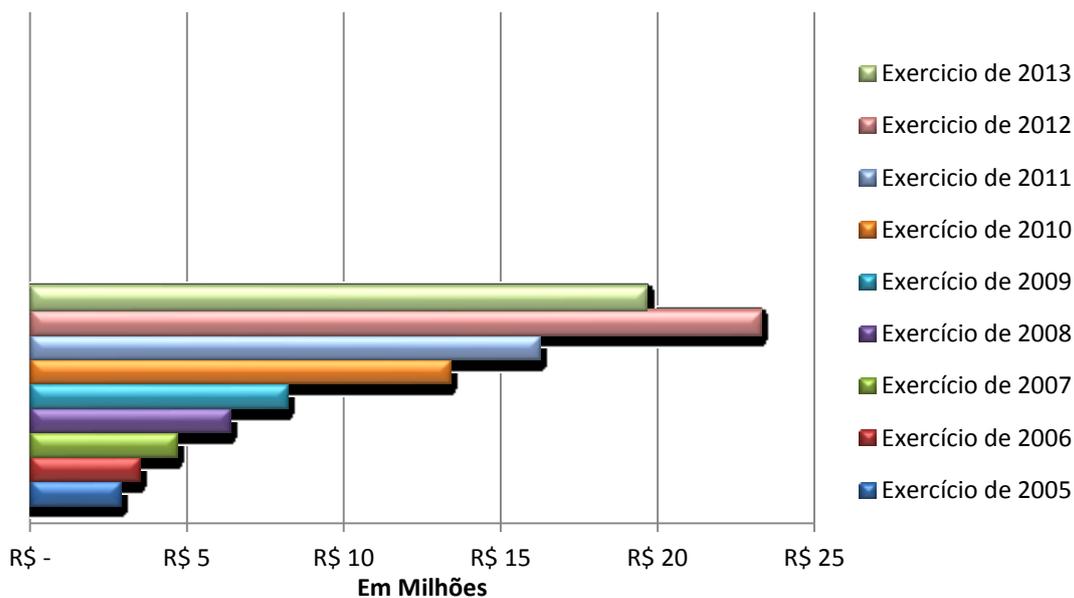


**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI / ES – IPG**

Da Evolução da Receita Orçamentária:

R\$

Exercício de 2005		2.884.760,14
Exercício de 2006	(+) 20,95%	3.489.064,60
Exercício de 2007	(+) 34,22%	4.683.234,06
Exercício de 2008	(+) 36,10%	6.374.011,42
Exercício de 2009	(+) 28,50%	8.190.339,59
Exercício de 2010	(+) 63,66%	13.404.076,33
Exercício de 2011	(+) 21,26%	16.253.822,88
Exercício de 2012	(+) 43,32%	23.295.152,61
Exercício de 2013.....	(-)15,63%	19.654.693,86



4.2. DAS DISPONIBILIDADES:

No Exercício Financeiro de 2013, foi registrado no Caixa da Autarquia, como entradas o montante de R\$ 30.474.093,45 (trinta milhões quatrocentos e setenta e quatro mil e noventa e três reais e quarenta e cinco centavos), contra saídas na ordem de R\$ 24.106.492,90 (vinte e quatro milhões cento e seis mil quatrocentos e noventa e dois reais e noventa centavos), gerando um superávit



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI / ES – IPG

financeiro de R\$ 6.367.600,55 (seis milhões trezentos e sessenta e sete mil seiscentos reais e cinquenta e cinco centavos), que somados ao saldo financeiro do exercício anterior totaliza o saldo financeiro para o próximo exercício na ordem de R\$ 69.021.468,95 (sessenta e nove milhões, vinte e um mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e noventa e cinco centavos), conforme detalhamento abaixo:

4.2.1. DEMONSTRATIVO DAS DISPONIBILIDADES:

	R\$
(+) Saldo Exercício Anterior	62.653.868,40
(+) Receita Orçamentária Arrecadada	19.661.406,06
(+) Aportes Financeiros ao RPPS – Rep. Financ.	10.812.687,39
(–) Despesas Correntes	16.023.206,04
(–) Manutenção da Autarquia	1.041.597,39
Vencim. eVantag. Fixas – Pessoal Civil	762.340,70
Material de Consumo	10.596,35
Passagens e Despesas com Locomoção	32.250,37
Contribuições	540,00
Diárias Pessoal Civil	35.520,51
Outros Serv. Terceiros – Pessoa Física	13.540,32
Outros Serv. Terceiros – Pessoa Jurídica	81.172,21
Obrigações Tributárias e Contributivas	50.072,30
Obrigações Patronais – Op. Int	55.564,63
Indenizações e Restituições	0,00
(–) Pagamento de Inativos e Pensionistas	14.981.608,65
Aposentadorias	12.656.693,89
Pensões	2.324.424,20
Outros Benefícios Previdenciários	490,56
(–) Despesas de Capital	3.150,00
Equipamentos e Material Permanente	3.150,00
(–) Deságios de Cotas de Investimentos	8.086.406,86
(+) Depósitos / Consignações / Pensão Alimento	0,00
Saldo Financeiro para o Exercício Seguinte	69.021.468,95



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI / ES – IPG

4.3. DOS BENS PATRIMONIAIS

4.3.1 – ATIVO PERMANENTE

Maquinas e Utensílios de Escritório – Aquisição e Incorporação no montante de R\$ 3.150,00 (três mil, cento e cinquenta reais).

4.4. DAS RESERVAS:

4.4.1 – TAXA ADMINISTRATIVA:

Conforme dispõe o art. 16, da Lei Municipal n.º 3.024/2009 – Plano de Custeio, o IPG dispõe de uma Taxa de Administração Anual de 2% (dois por cento) sobre a totalidade das remunerações e proventos pagos aos filiados do RPPS no exercício anterior; todavia, em decorrência da não utilização do total dos recursos disponíveis foram constituídas “Reservas Administrativas”, na ordem de R\$ 4.125.681,67 (quatro milhões, cento e vinte e cinco mil, seiscentos e oitenta e um reais e sessenta e sete centavos), sendo R\$ 3.907.651,23 visando futuros investimentos para a Autarquia e R\$ 218.030,44 constituído na conta movimento de livre aplicação.

4.4.2 – RESERVAS MATEMÁTICAS:

4.4.2.1 – REAVALIAÇÃO ATUARIAL:

As Reservas Matemáticas foram consignadas conforme Atestado de Avaliação Atuarial emitido pela Caixa Econômica Federal sob a responsabilidade do Atuário Adilson Costa – MIBA n.º 1.032 MTb/RJ.

Foram considerados os dados de servidores ativos, inativos e pensionistas, enviados por arquivos do IPG, com data base de dezembro/2013, e foram calculadas conforme as normas técnicas de atuária, vigentes no país.

As Reservas Técnicas, compostas pelas Reservas Matemáticas e pelo Déficit Técnico, representam a composição dos compromissos correspondentes a



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI / ES – IPG**

Benefícios Concedidos e Benefícios a Conceder, elaboradas com base nos Resultados da Avaliação Atuarial.

RESERVAS MATEMÁTICAS FUNDO CAPITALIZADO	
Ativo Real (Reservas Técnicas)	25.053.262,76
(1) Ativo Real Ajustado	25.053.262,76
(2) Reserva Técnica = Superávit ou (Déficit) ou Equilíbrio	3.169.640,23
(3) Provisões Matemáticas Previdenciárias - Previdenciário	17.506.898,02
(+) Aposentadorias Pensões Outros Benefícios	1.635.030,45
(-) Compensação Previdenciária	98.101,82
(4) (=) Provisões de Benefícios Concedidos	<u>1.536.928,63</u>
(+) Aposentadorias Pensões Outros Benefícios	73.155.714,46
(-) Contribuição do Ente	31.853.876,39
(-) Contribuição do Ativo	20.782.481,63
(-) Compensação Previdenciária	4.549.387,04
(5) (=) Provisões de Benefícios a Conceder	<u>15.969.969,39</u>

RESERVAS MATEMÁTICAS FUNDO FINANCEIRO	
Ativo Real (Reservas Técnicas)	37.686.321,43
(1) Ativo Real Ajustado	37.686.321,43
(2) Reserva Técnica = Superávit (Déficit) ou Equilíbrio	0,00
(3) Provisões Matemáticas Previdenciárias - Previdenciário	37.686.321,43
(+) Aposentadorias Pensões Outros Benefícios	318.057.067,19
(-) Contribuição do Inativo	5.647.195,19
(-) Contribuições do Pensionista	949.695,35
(-) Compensação Previdenciária	9.799.685,49
(-) Assunção de Insuficiência Financeira	288.788.628,09
(4) (=) Provisões de Benefícios Concedidos	<u>12.871.863,07</u>



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI / ES – IPG**

(+) Aposentadorias Pensões e Outros Benefícios do Plano	613.152.409,19
(-) Contribuições do Ente	22.924.030,58
(-) Contribuições do Ativo	15.760.271,02
(-) Compensação Previdenciária	9.352.320,18
(5) (=) Provisões de Benefícios a Conceder	<u>24.814.458,36</u>

A projeção da Reserva Matemática de Benefícios a Conceder não inclui as compensações previdenciárias apresentadas no atestado atuarial do exercício de 2012, na conta 2.2.2.5.4.02.00, logo não contabilizado no passivo.

Quanto ao cômputo das compensações previdenciárias temos a destacar o artigo 11 da Portaria MPS 403, de 10 de dezembro de 2008:

“Art. 11. Poderão ser computados, na avaliação atuarial, os valores a receber em virtude da compensação previdenciária pelo RPPS que, na condição de regime instituidor, possua convênio ou acordo de cooperação técnica em vigor para operacionalização da compensação previdenciária com os regimes de origem.

§ 1.º O cálculo do valor da compensação previdenciária a receber pelo RPPS que tenha formalizado acordo de cooperação técnica ou convênio, deverá estar fundamentado em base cadastral atualizada, completa e consistente, inclusive no que se refere ao tempo de contribuição do segurado para o regime de origem.”

Para capitalizar todo o recurso necessário do equilíbrio atuarial, o Município editou a Lei n.º 3.024/2009 – Plano de Custeio do RPPS – e vem atuando no sentido de capitalizar os recursos necessários.

Quanto à apuração do Déficit Técnico, o atestado das Reservas Matemáticas considerou apenas os recursos financeiros do RPPS. Segundo a portaria MPS 403, de 10/12/2008, temos o seguinte:



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI / ES – IPG

“Art. 17. As avaliações e reavaliações atuariais indicarão o valor presente dos compromissos futuros do plano de benefícios do RPPS, suas necessidades de custeio e o resultado atuarial.

§ 1.º O passivo atuarial do RPPS é representado pelas reservas matemáticas previdenciárias que correspondem aos compromissos líquidos do plano de benefícios.

(...)

§ 4.º O resultado atuarial será obtido pela diferença entre o passivo atuarial e o ativo real líquido, sendo este representativo dos recursos já acumulados pelo RPPS (...).”

Art. 18. No caso da avaliação indicar déficit atuarial deverá ser apresentado no Parecer Atuarial plano de amortização para o seu equacionamento.

§ “1.º O plano de amortização deverá estabelecer um prazo máximo de 35 (trinta e cinco) anos para que sejam acumulados os recursos necessários para a cobertura do déficit atuarial.”

Neste sentido, a Lei Municipal n.º 3.024/2009 disciplina a segregação de massa que visa financiar o atual déficit técnico. O Município atua como responsável pelo Fundo Previdenciário Financeiro de caráter temporário, abrangendo os servidores admitidos até 30/12/2005; e o Fundo Previdenciário Capitalizado assumirá integralmente os compromissos dos servidores admitidos a partir deste marco.

Sob responsabilidade do Atuário Adilson Costa – MIBA n.º 1.032 MTb/RJ, conforme o Atestado de Avaliação Atuarial emitido pela Caixa Econômica Federal, foram utilizados os valores referentes às Reservas Matemáticas, tendo como data base dezembro de 2012 e sendo a data da avaliação 31 de dezembro de 2013. Foram considerados os dados de servidores ativos, inativos e pensionistas, enviados por arquivos do IPG e foram calculadas conforme as normas técnicas de atuária, vigentes no país.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI / ES – IPG

As Reservas Técnicas compostas pelas Reservas Matemáticas e pelo Déficit Técnico, representam a composição dos compromissos correspondentes a Benefícios Concedidos e Benefícios a Conceder, elaborada com base nos Resultados da Avaliação Atuarial.

5. PRINCIPAIS AÇÕES:

5.1. PLANO DE POLÍTICAS E DIRETRIZES DE INVESTIMENTOS DOS RECURSOS PATRIMONIAIS DO IPG 2013:

Em atendimento às disposições regimentais, especialmente as contidas no art. 8.º, Inciso V, do Decreto Municipal n.º 355/2008 – Regimento Interno foi elaborado e aprovado junto ao Conselho Municipal de Previdência – CMP o Plano de Políticas e Diretrizes de Investimentos dos Recursos Patrimoniais do IPG para o Exercício de 2013, nas quais se estabelecem as principais metas na realização das despesas correntes e de capital, com a devida aprovação do CMP, validada pela expedição da Resolução CMP n.º 001/2012, a partir deste plano a Diretoria do IPG desenvolveu suas ações no decorrer do exercício de 2013.

5.2. CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS:

O IPG concedeu no exercício de 2013, 37 (trinta e sete) benefícios de aposentadoria, sendo 26 (vinte e seis) por Tempo de Contribuição, 02 (duas) por Idade, 02 (duas) por Invalidez, 02 (duas) Compulsória e 05 (cinco) pensões; sendo que todas seguiram os trâmites legais de concessão, iniciadas junto ao Instituto e a Equipe de Perícia Médica, sendo avaliadas e posteriormente a emissão de ato próprio concessor. Verificada a homologação preliminar pelo IPG, os processos foram remetidos ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo para homologação e registro definitivo, atendendo aos ditames constitucionais vigentes.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI / ES – IPG

5.3 MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO COMPREV:

Mediante Convênio firmando entre o MPS / INSS x Município de Guarapari / IPG, originário do Processo Federal n.º 44000.001566/2007-17, cujo visa a recuperação dos créditos de compensação previdenciária entre o Regime Geral de Previdência Social – RGPS, administrado pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS e o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Município de Guarapari, administrado pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Guarapari / ES – IPG.

Encontra-se em andamento a adequação do Sistema Informatizado do Município com o Sistema COMPREV para a realização deste processo, o IPG vem revisando todos os procedimentos de concessão, uma vez que as exigências para a recuperação dos créditos vão desde a existência das Certidões de Tempo de Contribuição – CTC, em via original, expedidas pelo INSS, até a homologação e registro dos feitos aposentatórios junto ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCE / ES.

5.4 POLÍTICA ANUAL DE INVESTIMENTOS – PAI:

Tendo em vista a necessidade de busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial e os limites de diversificação e concentração previstos na legislação vigente, é que o Instituto adotou no ano de 2013, uma política de investimentos voltada para os seguintes objetivos:

- a) Buscar, através da aplicação dos recursos do **IPG**, de acordo com o artigo 3.º da Resolução CMN n.º 3.922/2010, uma rentabilidade igual ou superior à meta atuarial, ou seja, Índice Nacional de Preços ao Consumidor – **INPC + 6% a.a** (seis por cento ao ano);
- b) Assegurar que aos gestores, servidores do Município de Guarapari, participantes, beneficiários, prestadores de serviços e órgãos reguladores que tenham o claro entendimento dos objetivos e restrições relativas aos investimentos;



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI / ES – IPG

- c) Garantir transparência e ética no processo de investimento, os quais devem seguir diretrizes, normas e critérios definidos neste documento;
- d) Assegurar que o processo de investimento seja independente da vontade de um gestor específico.

6. ATIVIDADES IMPORTANTES:

Consideramos que esta Autarquia no decorrer das suas atividades está desempenhando um papel fundamental no cenário previdenciário estadual e nacional; em 2013, destacou-se em relação às atividades previdenciárias desenvolvidas nos RPPS, bem como, é visto como referência a outros Institutos, os quais, diariamente, solicitam esclarecimentos e orientações no desenvolvimento de suas atividades.

Sendo assim, o IPG está desenvolvendo seu papel através de sua equipe, que por meio de seu Diretor Presidente, atual Vice-Presidente da ACIP, bem como Secretário Geral da Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais – ABIPEM e membro efetivo do Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social – CONAPREV, demonstra através desses reconhecimentos que o Instituto é representado de forma responsável, buscando uma gestão participativa no âmbito previdenciário municipal, estadual e nacional.

6.1 PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS:

- Criação do Comitê de Investimentos do IPG, Portaria/IPG nº 023/2013 e a designação dos membros Portaria/IPG nº 026/2013, visando o cumprimento da Portaria MPS nº 170/2012;
- Recadastramento Funcional: visando a Atualização Cadastral dos Segurados desta Autarquia, com o objetivo de regularizar a situação funcional dos aposentados e pensionistas, a partir do ano de 2012, o IPG normatizou através da IN nº 004/2013 que, anualmente, no mês de aniversário do segurado os mesmos comparecessem ao Instituto de



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI / ES – IPG

Previdência para realizar o recadastramento anual, a fim de impedir a suspensão do seu benefício Durante todo o ano ocorreu de forma criteriosa e organizada, sobretudo, pela colaboração e atendimento dos segurados, que aprovaram o procedimento;

- Certificação Profissional/ANBIMA – CPA-10: com a finalidade de manter um quadro de servidores capacitados e certificados profissionalmente, esta Autarquia proporcionou a servidores efetivos no ano de 2013 a Certificação junto a Associação Nacional de Bancos de Investimentos - ANBIMA, onde se submeteram ao processo de provas e avaliação, e o Diretor Administrativo Financeiro, Attila Teixeira Fialho, alcançou êxito e a aprovação legal;
- Adesão ao Sistema Previdenciário de Gestão de RPPS/ SIPREV, por meio do plano de trabalho assinado com o Ministério da Previdência Social - MPS;
- O Instituto participou do Programa de Apoio à Modernização de Gestão do Sistema de Previdência Social - PROPREV, sendo selecionado pelo Ministério da Previdência Social – MPS contemplado com o censo funcional para os servidores vinculados ao RPPS, e equipamentos de informática;
- Contratos e Convênios Administrativos: o IPG gerencia e fiscaliza 05 (cinco) contratos de prestação de serviços, 01 (um) de aluguel e 01 (um) Convênio de Consignação em folha de pagamento;
- Elaboração das Instruções Normativas 2013:
 - Instrução Normativa/ IPG nº 001/2013, que dispõe sobre normatização da incidência e do recolhimento das contribuições previdenciárias ao IPG;
 - Instrução Normativa/ IPG N.º 002/2013, que define os modelos e formas de requerimentos dos benefícios previdenciários;
 - Instrução Normativa/ IPG nº 003/2013, que dispõe sobre normas e procedimentos para a concessão de aposentadorias voluntárias,



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI / ES – IPG

compulsória, por invalidez, pensão por morte e abono de permanência;

- Instrução Normativa/ IPG nº 004/2013, que dispõe sobre o disciplinamento do cadastramento e censo previdenciário dos servidores inativos e pensionistas do Município de Guarapari.
- Elaboração da 2ª Edição de Cartilhas Previdenciárias do IPG, a fim de que os segurados tenham pleno conhecimento de seus direitos e deveres;
- Entrega anual dos calendários 2014.

6.2. CONTROLE INTERNO

Com a criação da Lei Municipal nº 035/2012, o IPG passou a compor o sistema de Controle Interno do Município.

6.3 CONGRESSOS, SEMINÁRIOS E CURSOS DE ATUALIZAÇÃO:

No decorrer do exercício de 2013, a equipe do IPG participou ativamente de diversos seminários, congressos e cursos de atualização e foi correalizador de eventos, visando o aprimoramento dos conhecimentos em matéria previdenciária.

Evento	Instituição	Local
25º Seminário Nacional de Previdência Social	ABIPEM	Brasília – DF
VII Seminário Capixaba de Previdência	ACIP	Guarapari – ES
47º Congresso Nacional e IV Congresso Estadual	ABIPEM e ASSIMPASC	Joinville – SC
VII Encontro Temático Jurídico e Financeiro	APEPREM	São Paulo – SP
Curso Compras Governamentais	SEBRAE	Guarapari-ES
II Seminário Norte de RPPS	ACIP	Linhares – ES
I Congresso Brasileiro de RPPS's – Conselheiros	ABIPEM	Brasília - DF
Capacitação Técnica sobre a LAI – Lei nº 12.527/11	CGU	Vitória-ES



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI / ES – IPG

7. PRESTAÇÃO DE CONTAS E INFORMAÇÕES DO IPG:

Visando prestar contas aos segurados vinculados ao RPPS e à comunidade em geral, o IPG disponibiliza junto ao Portal da Transparência do Município, disponível no sítio www.guarapari.es.gov.br e link junto à página da rede mundial de computadores do IPG www.ipg-guarapari.org.br.

8. AVALIAÇÃO DE GESTÃO

Auditoria Direta do Ministério da Previdência Social

Em de 19 julho de 2013, o Ministério da Previdência Social, notificou a este Instituto através do Ofício n.º 506/MPS/SPPS/DRPSP, a realização de uma Auditoria Fiscal Direta, especificamente na área de custeio previdenciário (receitas, despesas e fluxo financeiro), abrangendo a análise do período de janeiro de 2007 a junho de 2013, designando o Senhor *Ciro Miranda Caetano Milliole*, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, a realizar junto ao RPPS do Município de Guarapari os referidos trabalhos. Após o contato inicial, o Auditor encaminhou um TSD – Termo de Solicitação de Documentos requerendo diversos documentos e planilhas que nortearam o desenvolvimento dos seus trabalhos junto a este RPPS, sendo prontamente atendido pela Equipe Técnica do Instituto, onde providenciou a documentação solicitada e ainda acostando diversos relatórios, demonstrativos e outros documentos que julgaram importantes.

Assim sendo, os trabalhos foram desenvolvidos e desencadearam o Relatório Conclusivo de Auditoria emitido em 18 de setembro de 2013, contendo 10 (dez) páginas; onde o Auditor constatou irregularidades no repasse previdenciário (caráter contributivo) do Município para esta Autarquia, conforme Notificação de Auditoria-Fiscal – NAF nº 0209/2013, na oportunidade o Relatório foi devidamente apresentado junto ao Conselho Municipal de Previdência – CMP.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI / ES – IPG

Em decorrência do referido Relatório, esta Autarquia através do Ofício IPG nº 190/2013, gerou o processo administrativo nº 19.314/2013 solicitando ao Município que sejam tomadas as providências cabíveis.

9. METAS PARA O ANO DE 2014

Para o ano de 2014 muitas são as metas a serem alcançadas, podendo ser eleitas como principais as enunciadas a seguir:

- Manter o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP);
- Manter os serviços de recadastramento anual dos segurados Aposentados e Pensionistas;
- Manter o processo de qualificação dos servidores para prestarem um serviço de excelência aos segurados do RPPS;
- Dar continuidade a análise dos processos de compensação previdenciária – COMPREV, recebidos e a pagar (RO x RI) do Regime Geral de Previdência Social – RGPS;
- Atingir e superar a meta atuarial para ano de 2014, conforme previsto na Política de Investimentos Anual, ou seja, INPC + 6%a.a.
- Operacionalizar o SIPREV / Gestão – Sistema Integrado de Informações Previdenciárias de RPPS em parceria com a Gerência de Recursos Humanos do Município;
- Realizar censo cadastral de todos os servidores Ativos, Dependentes, Inativos e Pensionistas via SIPREV / Gestão de RPPS;
- Implantar o censo funcional previdenciário dos servidores e seus dependentes filiados ao RPPS, em parceria com o Ministério da Previdência Social – MPS nos termos do convênio SIPREV.
- Adquirir a sede própria para o IPG.
- Localizar, classificar, atualizar e promover o registro dos processos administrativos que não se encontram nas pastas funcionais dos segurados;
- Analisar e revisar os processos administrativos de concessão e também no sistema da folha de pagamento de benefícios;



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI / ES – IPG

- Adquirir um veículo para atendimento aos serviços do IPG; e
- Aderir por completo às Normas da Nova Contabilidade Pública definidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

10. CONCLUSÃO

Ao finalizar esse relatório, a equipe do IPG entendeu que o ano de 2013, apesar das desfavoráveis condições do mercado financeiro, foi um exercício de realizações e crescimento, onde as metas foram alcançadas, projetos foram desenvolvidos e a atuação foi feita de forma a cumprir a visão, missão e valores que essa Autarquia preza; aprovando dentro dos seus esforços e estrutura o que dispõe a legislação em vigor, e que atuou como órgão Gestor Previdenciário Único do Município, visando à preservação e o crescimento do Patrimônio dos Servidores filiados ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, bem como Órgão de apoio e orientação auxiliar dos Poderes Executivo e Legislativo na construção das Políticas Públicas Previdenciárias do Município de Guarapari.

É o relatório que esta Diretoria Executiva apresenta.

Guarapari / ES, 31 de março de 2014.

José Augusto Ferreira de Carvalho
Diretor Presidente do IPG

Márcia Henriques Motta Freitas
Diretora de Benefícios

Attila Teixeira Fialho
Diretor Administrativo e Financeiro



CENÁRIO 2013

**Instituto de Previdência dos
Servidores do Município de
Guarapari / ES – IPG**

1. Introdução:

Em 2013, podemos dizer que o cenário para o segmento de Renda Fixa foi “incomum”. Verificamos Índices de Renda Fixa com resultados significativamente negativos, com volatilidades (oscilações de taxas) iguais ou superiores aos índices de Renda Variável.

Como a Resolução CMN 3.922/2010 (responsável por direcionar e limitar os investimentos do RPPS), “obriga” o RPPS a aplicar seus recursos (mínimo de 70%) em Fundos que sigam o índice IMA e seus sub-índices (IMA-B, IMA- B5, IMA –B5+, IRF-M, IRF-M1, IRF-M1+, IMA-C e IMA-S), e no máximo 30% em Fundos atrelados ao CDI, os RPPS ficaram “refêns” do mercado e suas oscilações de taxas.

A maior parte dos RPPS no país amarguraram resultados negativos ao longo do ano, sendo que 100% da amostra de clientes do RISKOFFICE ficaram aquém de atingir a Meta Atuarial (INPC ou IPCA +6%a.a.).

Grande parte dos RPPS que obtiveram resultados negativos no ano de 2013, em 2012 superaram a Meta Atuarial. (verificar nas tabelas abaixo – Amostra da média de mais de 60 RPPS).

2012

RPPS - MEDIANA DOS RETORNOS														
Renda Fixa	Jan-12	Feb-12	Mar-12	Apr-12	May-12	Jun-12	Jul-12	Aug-12	Sep-12	Oct-12	Nov-12	Dec-12	12 meses	2012
Todos os planos	1.50%	1.96%	1.71%	4.01%	1.82%	-0.38%	2.69%	1.71%	1.36%	3.52%	0.53%	1.77%	-24.39%	-24.39%
Renda Variável	Jan-12	Feb-12	Mar-12	Apr-12	May-12	Jun-12	Jul-12	Aug-12	Sep-12	Oct-12	Nov-12	Dec-12	12 meses	2012
Todos os planos	6.36%	4.19%	-0.02%	-0.42%	-4.38%	1.40%	2.31%	0.83%	1.02%	-0.20%	1.21%	4.00%	14.44%	14.44%
Consolidado	Jan-12	Feb-12	Mar-12	Apr-12	May-12	Jun-12	Jul-12	Aug-12	Sep-12	Oct-12	Nov-12	Dec-12	12 meses	2012
Todos os planos	1.73%	2.16%	1.63%	3.58%	1.32%	-0.34%	2.62%	1.68%	1.19%	3.10%	0.59%	1.84%	-23.33%	23.33%

2013

RPPS - MEDIANA DOS RETORNOS														
Renda Fixa	Jan-13	Feb-13	Mar-13	Apr-13	May-13	Jun-13	Jul-13	Aug-13	Sep-13	Oct-13	Nov-13	Dec-13	12 meses	2013
Todos os planos	0.51%	-0.95%	-1.77%	1.47%	-1.36%	-2.44%	1.14%	-1.89%	0.52%	0.79%	-2.40%	1.17%	-6.51%	-6.51%
Renda Variável	Jan-13	Feb-13	Mar-13	Apr-13	May-13	Jun-13	Jul-13	Aug-13	Sep-13	Oct-13	Nov-13	Dec-13	12 meses	2013
Todos os planos	0.27%	-0.82%	-0.83%	0.34%	-0.56%	-5.87%	0.92%	0.47%	2.87%	3.18%	-0.92%	-1.91%	-2.04%	-2.11%
Consolidado	Jan-13	Feb-13	Mar-13	Apr-13	May-13	Jun-13	Jul-13	Aug-13	Sep-13	Oct-13	Nov-13	Dec-13	12 meses	2013
Todos os planos	0.50%	-0.70%	-1.66%	1.31%	-1.03%	-2.88%	1.11%	-1.55%	0.84%	0.95%	-2.05%	0.79%	-5.82%	-5.82%

Como podemos verificar nas tabelas, a mediana de rentabilidade dos RPPS que são clientes do RISKOFFICE, foi de -5,82% no ano de 2013, porém, em 2012 foi 23,33% (quase duas vezes a Meta Atuarial do período – INPC + 6% ao ano).

Renda Fixa		Renda Variável		Consolidado	
30% CDI + 70% IMA-B (Benchmark "Geral")		IBOVESPA (Benchmark "Geral")		INPC + 6% a.a. (Benchmark "Geral")	
dez-13	2013	dez-13	2013	dez-13	2013
65%	28%	41%	100%	2%	0%

Na tabela acima, conseguimos visualizar o desempenho dos segmentos de renda fixa, renda variável e consolidado dos clientes do RISKOFFICE no ano de 2013. No quadro “Consolidado”, verificamos que 0% da amostra, ou seja, nenhum RPPS atingiu a meta atuarial no exercício.

2. CENÁRIO

O ano de 2013 foi muito difícil para os investimentos, os ativos de Renda Fixa, Renda Variável, Fundos Multimercado e Fundos Imobiliários, performaram em média abaixo do CDI. A inflação constantemente acima do centro da meta estabelecida pelo governo e a degradação das contas públicas criaram condições adversas para os investimentos de longo prazo, especialmente os títulos públicos emitidos pelo Tesouro com juros pré-fixados (LTNs e NTNFs) e indexados a índices de inflação (NTNBs).

O aumento expressivo da taxa básica de juros, realizado pelo Banco Central ao longo do ano, cria uma sensação equivocada às pessoas que possuem investimentos no mercado financeiro. Neste cenário não há um aumento imediato no rendimento, pelo contrário em um primeiro instante o efeito da marcação a mercado faz com que o preço dos títulos ocasione significativa desvalorização. As NTNBs com vencimento superior a 05 anos apresentaram em média rentabilidade de 17,07% em 2013.

Aliado a este cenário doméstico pouco favorável, outro fator que resultou no aumento do risco Brasil e a exigência de maior retorno por parte dos grandes investidores, foi a forte pressão dos demais mercados globais que também apresentaram cenário pró-aumento de juros, com destaque para o mercado americano que baliza todos os demais.

O mês de dezembro contribuiu na redução das perdas, pois foi um dos poucos meses do ano, no qual observamos resultados positivos para a carteira de Renda Fixa. Após aparente recuperação em relação a novembro, impulsionada exclusivamente por melhora nas expectativas do mercado e por dados de baixa inflação nos países em desenvolvimento o que poderia de certa forma “frear” esta necessidade por juros altos que se mostra cada hora mais evidente em um cenário de aversão a risco.

No entanto as expectativas foram frustradas com a divulgação de índices no mês de janeiro/2014. Os dados advindos de inflação, contas primárias e produção industrial surpreenderam o mercado de forma bastante negativa. O país apresentou superávit primário muito abaixo do que a meta estipulada no início de 2013 e os valores apresentados em sua grande parte correspondem ao que chamamos de receitas não recorrentes. O baixo crescimento, a inflação alta, próxima de 6,00% e a produção industrial em queda, especialmente máquinas e equipamentos, com retração de 3,00%, faz com que os investidores e até mesmo o consumidor fiquem retraídos, e passam a diminuir o nível de investimento e consumo.

A queda no índice de confiança do consumidor e a maciça fuga de capital da bolsa corroboram com o que foi visto até este momento, os resultados ruins das empresas e a pouca atratividade do Brasil em relação aos desenvolvidos é o que explica este resultado ruim da renda variável nos meses de dezembro em janeiro. Tudo isto aliado ao risco de contágio e o consequente aumento da aversão a risco em relação a emergentes gerado por mercados como da Argentina, com seu constante e prejudicial intervencionismo e a

Turquia com sua sinalização de problemas, ao aumentar os juros em 4,25% ao ano em um único e inesperado movimento.

Neste contexto, podemos afirmar que dezembro de 2013 foi apenas um pequeno momento de alívio, mas que as condições observadas nos demais meses como janeiro de 2014 foram mantidas e há alta probabilidade de continuarmos com resultados ruins nos próximos meses, pois será necessário realizar ajustes na condução da política econômica e fiscal.

3. RELACÃO IPG X MERCADO

A rentabilidade do IPG no ano de 2013 foi de -5,32%, conforme é possível visualizar no demonstrativo abaixo.

Fundo	Valor Investido R\$	% Recursos	Limite PI	PL Fundo	% PL Fundo	Adequação Fundo	Diversificação RPPS	Fundo	1 mês	3 meses	6 meses	12 meses	No Ano
CONSOLIDADO	68.981.204,07	100,00%	100,00%						0,81%	0,36%	0,25%	-5,32%	-5,21%
META ATUARIAL (INPC + 6%)									1,23%	3,38%	5,21%	11,90%	13,50%
Fundos que contêm somente títulos públicos													
	31.314.485,36	45,40%	40,00%			Art. 7º, Inciso I, Alínea B					Alocação:	Enquadrado	
BB PREVIDENCIÁRIO RF IMA B5+	8.774.348,00	12,72%		1.234.805.538,37	0,71%	OK	OK	OK	1,80%	-3,70%	-6,34%	-17,39%	-17,39%
BB PREVIDENCIÁRIO RF RF M	11.156.705,33	16,23%		2.186.105.188,67	0,51%	OK	OK	OK	0,82%	1,09%	2,80%	2,33%	2,33%
FI BANESTES PREVIDENCIÁRIO RF	1.643.905,78	2,38%		115.246.079,73	1,43%	OK	OK	OK	0,39%	-1,36%	-3,49%	-10,12%	-10,12%
FI CAIXA BRASIL IMA B TP RF LP	9.699.526,85	14,06%		4.976.535.657,76	0,19%	OK	OK	OK	1,30%	-1,55%	-2,64%	-10,19%	-10,19%
Operações Compromissadas													
			5,00%			Art. 7º, Inciso II					Alocação:		
Fundos Renda Fixa / Referenciados Renda Fixa IMA e IDA													
	11.584.101,26	16,79%	8,00%			Art. 7º, Inciso III					Alocação:	Enquadrado	
BANESTES INSTITUCIONAL RENDA FIXA	1.659.641,85	2,41%		1.777.441.644,24	0,94%	OK	OK	OK	0,64%	-0,59%	-2,09%	-7,69%	-7,69%
CAIXA FIC NOVO BRASIL IMA B RF LP	9.924.459,81	14,39%		2.864.261.800,76	0,35%	OK	OK	OK	1,21%	-1,36%	-2,42%	-9,89%	-9,89%
Fundos de Renda Fixa (Normal)													
	15.863.494,70	23,00%	8,00%			Art. 7º, Inciso IV					Alocação:	Enquadrado	
BB RPPS RENDA FIXA PERFIL FIC FI	2.412.649,40	4,95%		2.709.122.414,47	0,13%	OK	OK	OK	0,79%	2,28%	4,43%	8,01%	8,01%
CAIXA FI ALIANÇA TÍTULOS PÚBLICOS RF	12.450.845,30	18,05%		426.498.821,32	2,92%	OK	OK	OK	0,79%	2,28%	4,43%	7,68%	7,68%
RIDC													
FIDC ABERTO CAIXA RPPS CONS BMS SENIOR	3.300.081,03	4,78%	5,00%	1.084.655.642,56	0,30%	OK	OK	OK	1,18%	3,28%	5,48%		
RIDC Fechado													
			2,00%			Art. 7º, Inciso VII, Alínea A					Alocação:		
Fundo Crédito Privado													
	2.266.623,89	3,29%	5,00%			Art. 7º, Inciso VII, Alínea B					Alocação:	Enquadrado	
CAIXA FI BRASIL IPCA I RF CRED PRIV	2.266.623,89	3,29%		80.087.259,78	2,83%	OK	OK	OK	1,02%	-1,21%	0,16%	6,37%	6,37%
Fundos de Índices de Ações													
			10,00%			Art. 8º, Inciso II					Alocação:		
Fundos de Ações													
	2.944.184,73	4,27%	6,00%			Art. 8º, Inciso III					Alocação:	Enquadrado	
CAIXA FIC AÇÕES VALOR DIVIDENDOS RPPS	1.957.244,99	2,84%		301.193.203,30	0,65%	OK	OK	OK	-3,22%	-1,11%	2,38%	-0,27%	-0,27%
FIC BANESTES FIA BTG PACTUAL DIVIDENDOS	986.939,74	1,43%		12.868.997,55	7,67%	OK	OK	OK	-2,53%	-	-	-	-
Fundos Multimercados													
	511.584,00	0,74%	5,00%			Art. 8º, Inciso IV					Alocação:	Enquadrado	
CAIXA FI BRASIL IPCA VIII MULT CRED PRIV	511.584,00	0,74%		63.964.414,81	0,80%	OK	OK	OK	0,98%	-3,11%	-3,06%	3,38%	3,38%
Fundos de Participações													
			2,00%			Art. 8º, Inciso V					Alocação:		
Fundos de Investimento Imobiliário													
	1.196.648,50	1,73%	4,00%			Art. 8º, Inciso VI					Alocação:	Enquadrado	
FI CAIXA CEDIA*	721.740,90	1,05%		155.174.389,35	0,47%	OK	OK	OK	0,69%	0,75%	0,84%	1,03%	1,03%
FI RB CAPITAL RENDA I**	474.907,60	0,69%		134.913.852,13	0,35%	OK	OK	OK	-5,07%	-3,52%	-1,82%	0,55%	0,55%

A performance negativa do IPG é facilmente compreendida dada a sua carteira composta quase que pela metade em Fundos que continham em sua carteira NTNBS, as quais foram prejudicadas pelo efeito da marcação a mercado, devido ao movimento de alta da taxa de juros.

Portanto em 2013 é possível entender que com a mediana das rentabilidades dos RPPS da amostra RISKOFICE sendo -5,82%, o IPG, assim como todos RPPS da amostra, ficou aquém de atingir a meta atuarial, concluindo que o desempenho negativo não foi causado por problemas na gestão, e sim por conta da alta volatilidade presente no movimento de alta das taxas no mercado.

27 de Março de 2014



Marcelo Frattini Villas Bôas Gengo
Gerente de Relacionamento - RPPS